

ASSERTIVAS QUANTO À “ESFERA PÚBLICA VIRTUAL”, PODER E CIBERDEMOCRACIA

Valéria Marcondes

Jornalista e Mestre em Comunicação pela PUCRS.

leriamarcondes@hotmail.com

RESUMO

Pesquisadores do ciberespaço afirmam ter surgido uma esfera pública virtual. O presente trabalho expõe as idéias de alguns desses pensadores. Trata-se de uma pesquisa de essência teórica, na qual se interligam dois vastos campos de estudo: comunicação e política. Nela sintetizam-se as idéias referentes à situação do chamado “espaço público virtual” no contexto das novas tecnologias da comunicação e da informação. Partindo das idéias de Jürgen Habermas sobre espaço público, analisam-se as teorias de pensadores como Diana Saco, Andrew Shapiro, Mark Poster, William Bogard, entre outros. Baseados nesses trabalhos, procura-se refletir sobre a chamada esfera pública virtual, chegando a algumas conclusões, como a de que a tecnologia, por si só, não é suficiente para constituir uma esfera pública, nem para revitalizar o conceito de democracia ou uma comunicação pública mediada. Preservar o espaço destinado à comunicação e ao debate público é condição essencial para o desenvolvimento da democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação – Esfera Pública Virtual - Política

ABSTRACT

Cyberspace researchers argue that a virtual public sphere has emerged in our times. This paper aims at showing the ideas of some of these theoreticians. This is an essentially theoretical research, in which we connected two important areas of study: communication and politics. In this research, we synthesize the ideas related to the present status of the so-called virtual public sphere, in the context of the new communication and information technologies. Having Habermas’s conception of public space as a starting point, we searched for the theories of thinkers like Diana Saco, Andrew Shapiro, Mark Poster, William Bogard, among others. Based on their work, we tried to reflect on the so-called virtual public sphere and we have come to three conclusions. One of them is that technology, by itself, is not enough to build up a public sphere or even to revitalize the concept of democracy or a mediated public communication. Preserving the space reserved to communication and to public debate is a fundamental condition for the development of democracy.

KEY-WORDS : Communication – Virtual Public Sphere – Politics.

ASSERTIVAS QUANTO À “ESFERA PÚBLICA VIRTUAL”, PODER E CIBERDEMOCRACIA

Valéria Marcondes

O espaço público, desde sua concepção, é o local adequado para a excelência e realização do homem. (Habermas, 1984; Arendt, 1995; Maia, 2002). É nele que o cidadão pode exercer sua liberdade. Preservar o espaço destinado à comunicação e à deliberação pública é condição essencial para o desenvolvimento da democracia. É o constante movimento nessa esfera de participação popular que alimenta, revigora e vigia o processo democrático e as ações políticas.

Wilson Gomes, em “Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política”, afirma que a “Öffentlichkeit” tornou-se uma espécie de campo magnético que atrai para o seu centro os novos e os velhos temas das interfaces entre comunicação e política e entre comunicação e democracia. (Gomes, 2006, p. 54).

A esfera pública política sempre foi vista como o lugar da comunicação, da deliberação, do debate e da participação cívica. (Maia, 2002). Esse espaço permite a percepção dos dilemas coletivos e o reconhecimento da diversidade de pontos de vista. Nesse ambiente de conversação e diálogo, segundo Jürgen Habermas, deve predominar a universalidade, a racionalidade, a reciprocidade, a igualdade e a não-coerção. Sem tais características, de nada adianta existir um espaço de deliberação pública no qual se possa legitimar o processo democrático. A esfera pública política é a “propriedade comum àquilo que é disponível, acessível, sem reservas, é a condição das coisas e fatos naquilo que neles é aberto, visível, exposto”. (Gomes, 2006, p. 55).

Conforme Rousiley Maia, Habermas (1989), guiado pela Teoria do Agir Comunicativo, assinala as ambigüidades do potencial da mídia para transpor a comunicação face a face de contextos restritos para vastas audiências; para criar redes de comunicação simultânea com conteúdos advindos de diferentes setores sociais e, de tal modo, disponibilizar mensagens em amplas escalas espaço-temporais. (Maia, 2006, p. 12).

O chamado espaço público tradicional, descrito por Habermas e outros autores, subseqüentemente, tem características específicas que excluem a internet do seu campo. Segundo este autor, os meios de comunicação são estruturas dessa esfera contraposta ao poder político institucionalizado. Sendo assim, Estado e mídia estão (ou estavam?) em esferas diferentes.

Com o avanço da sociedade moderna e do conhecimento operacional, adveio a possibilidade de se criar novas formas de governo e democracia, junto às inovações nas

mídias audiovisuais. As configurações ancoradas nestas novas mídias, como a internet, estabelecem novas interfaces entre Estado, mídia e sociedade civil. Neste espaço público midiático, as relações se virtualizam. Em alguns casos, como em dados modelos de cidades digitais, as fronteiras virtuais e físicas se inter-relacionam. Novas questões emergem dessa reconfiguração e, conforme Marcos Palácios, essa dimensão política não pode ser discutida senão à luz de uma compreensão do funcionamento e das especificidades das redes telemáticas enquanto espaço de socialização, ação social e comunicação. (Palácios, 2006, p.233).

As tecnologias digitais, com seus “chats”, fóruns de discussão e todos os campos virtuais de interação, dependem de outras questões que não as técnicas para promover ou revitalizar os mecanismos democráticos. Nem mesmo a aproximação dos indivíduos conectados é proporcionada apenas por existirem softwares que, ilusória e pretensamente, assumem tal função. (Maia, 2002).

As (tecno)estruturas comunicacionais não são suficientes para fortalecer a democracia ou o movimento deliberativo. A tecnologia por si só, não transforma o cidadão pacato num ativista social, também não determina o procedimento da interação comunicativa, tampouco garante ou promove a reflexão crítico-racional; tão-somente facilita o armazenamento e a circulação dos estoques informativos e agilizam as buscas por uma diversidade de fontes informativas. O interesse político e o engajamento cívico não são elementos dados. Não há mecanismos automáticos que levem à democratização da vida pública. As oportunidades oferecidas pela rede devem ser vistas de modo associado às motivações dos próprios atores sociais e aos procedimentos da comunicação estabelecida entre eles. (Maia, 2002, p. 65).

Pode-se encontrar nas tecnologias digitais uma virtual emancipação do indivíduo enquanto agente comunicador, no entanto, é preciso salientar a subjetividade do processo, percebendo que fatores essenciais, como motivação, autonomia e iniciativa não são propiciados pela tecnologia que se tem em mãos, mas por razões pessoais, individuais intrínsecas ao próprio ator enquanto cidadão potencialmente interagente. Mesmo as tecnologias digitais de conversação, serviços e todos os campos virtuais interativos capazes de aproximar os cidadãos dos debates e de representantes políticos, dependem de outras questões que não técnicas para promover ou revitalizar os mecanismos democráticos.

Maia vê nas redes cívicas um potencial promotor da “politização das novas questões”. As redes podem agir como ativos interlocutores de determinadas esferas sociais. Mesmo assim, Maia salienta que do ponto de vista institucional, estas redes cívicas são ainda pré-políticas. (Maia, 2002, p. 53-54).

Alguns estudos sobre *ciberdemocracy*, sugerem que a inovação tecnológica seria a responsável por transformações políticas, como se um sistema de informação eficiente, interativo e altamente tecnológico fosse capaz, por si só, de aprimorar e tornar transparente a gestão pública e a relação Estado/cidadão, esquecendo-se que antes da tecnologia há fatores políticos e filosóficos fundamentais para o entendimento do processo social em jogo. Tais

correntes de pensamento negligenciam o contexto sócio-histórico e a complexidade normativa e empírica da comunicação midiática, abordando esta de modo espontaneísta e trivial, ignorando a institucionalidade da mídia como um sistema ou campo social (Maia, 2006, p. 14).

O caráter democrático e político do que se chama governo eletrônico é utilizado como um meio de promoção das idéias de redemocratização e transparência pública das ações governamentais. Essas abordagens, no entanto, não relevam o caráter público legítimo necessário ao fortalecimento de novas formas democráticas. A literatura até agora estudada demonstra que o governo eletrônico apresentado tem poucos fatores que o caracterizem como democrático. Primeiro, porque está alicerçado nas tecnologias digitais, que impõe barreiras econômicas e socioculturais. Depois, porque não permite um espaço efetivamente aberto de comunicação e deliberação pública, impossibilitando a troca de idéias, o que demonstra que a democracia eletrônica é mais um jogo conceitual de marketing.

Mark Nunes (1997) afirma que a internet não pode suprir as condições de discurso democrático, ainda que os participantes acreditem estar numa arena de troca e discurso aberto. Segundo Nunes, as assembleias eletrônicas são programadas e condicionadas por um sistema de controle, em consequência, não pode haver protestos, decisões coletivas, consenso ou concordâncias que representem a vontade das massas. O único consenso é um consenso congelado tecnologicamente. Diferente da ágora ou de suas extensões contemporâneas, a internet não capacita a objetivação nem a consolidação da vontade geral. Se a internet não é um lugar na tradição da ágora, como podem as comunidades virtuais serem consideradas como tal?

Para milhares de internautas o ciberespaço é um lugar real, com potenciais reais. É essa indefinição do real e do não-real que marca um momento pós-moderno. Dessa perspectiva, a imagem da internet como mundo nos estimula a ir além dos seus limites. Pode-se defender a idéia de que as ágoras eletrônicas não são mais do que simulações de arenas de liberdade dentro de um espaço limitado de parâmetros operacionais. A rede cria um efeito imaginário que sugere que a realidade não existe fora das fronteiras impostas pelos parâmetros artificiais. Mais precisamente, uma comunidade pode apenas existir numa sociedade mediada através do meio em si porque nenhum outro real existe (Nunes, 1997, p. 173).

Howard Rheingold (2000) é um ardoroso apoiador das comunidades eletrônicas. Entende o ciberespaço como lugar conceitual no qual palavras, relações humanas, dados e poder são manifestados por aqueles que usam a tecnologia da comunicação mediada por computador. Brian Loader também parte desse juízo ao sustentar que o ciberespaço pode ser entendido como um domínio público gerado por computador sem fronteiras ou atributos físicos. Esse novo espaço tem a possibilidade de originar novas formas de expressões de governo, além de uma mudança na estrutura das relações de poder entre indivíduos, governos e instituições sociais em virtude das qualidades transcendentais das TICs como meio para facilitar a transformação das práticas modernas de governo baseadas no território, no controle

hierárquico e administrativo das populações, e no policiamento (Loader, 1997, p. 16). Mais rigorosamente, “podemos considerar o ciberespaço como um conjunto de diversas tecnologias e redes multimédia que, apesar de se manter unido por um protocolo informático normalizado (TCP/IP), não implica necessariamente que os visitantes do ciberespaço possam aceder a todos os seus domínios” (Loader, 1997, p. 21).

A internet possibilita a circulação de um maior volume de informações e de fontes diversas; descentraliza o processo de produção e veiculação de notícias, dando expressão, embora controlada e rarefeita, a diferentes vozes. Nunes lembra que o ciberespaço não é um domínio incontestável. Os detentores políticos do poder do Estado-nação moderno não são facilmente desalojáveis. Contudo, teria o ciberespaço a capacidade de eliminar ou enfraquecer o Estado-nação em virtude da criação de cidades digitais que descentalizem o poder nacional? O ciberespaço pode permitir mais do que o acompanhamento daqueles que representam o poder político de uma sociedade?

A descentralização inerente à internet permite a construção de subjetividades opostas, até então excluídas da esfera pública. Desse modo, tal característica é anunciada como o traço mais significativo da rede, o que permite que ela subverta a autoridade política, ao mesmo tempo em que enfraqueça as formas estatais de controle. A internet ainda é considerada um lugar de continuidade da cidadania, uma cidadania que se articula, essencialmente, em torno de ideais de contratos entre indivíduos interessados.

O DIAGNÓSTICO HABERMASIANO

Em “Mudança Estrutural da Esfera Pública” (Habermas, 1984) há uma apreciação histórico-filosófica da transformação da esfera pública e da política na era moderna. Segundo Habermas, o Estado é o “poder público”. A esfera pública tem como sujeito o público enquanto portador da opinião, a sua função crítica é que se refere originalmente à palavra “publicidade”. Os meios de comunicação são estruturas dessa esfera contraposta ao poder político institucionalizado.

A cultura difundida pelos novos meios de comunicação do século XX promove o “status quo”, privilegiando a propriedade econômica e política. O jornalismo crítico, partidário e político é substituído pelo manipulativo, consumista e mercadológico. Altera-se também a idéia de esfera pública politicamente ativa[1].

Emerge uma esfera pública política fabricada em momentos de eleição, enquadrando-se nos moldes da decadente esfera pública burguesa. Esse espaço temporariamente estabelecido reproduz a esfera na qual vigora a lei da cultura de integração: o setor político é conectado ao de consumo e a propaganda também é assumida como função da esfera pública. Através do “marketing” político tenta-se vender política, apoliticamente; os meios de comunicação tornam-se meros transmissores de ideologias; o próprio eleitorado enquanto público se desintegrou. Tem-se um clima de opinião, não, efetivamente, uma opinião pública.

As modificações na esfera pública e na própria política levam à extinção da racionalidade, do pensamento crítico e contestador em relação às ações políticas. Habermas caracteriza historicamente a essência da esfera pública e, portanto, da atividade política no uso público e argumentado da razão. Reconhece que, conforme avança a mudança estrutural da esfera pública e se vislumbra um canário pós-moderno, a realidade é distorcida e entra em declínio: a razão dá lugar à distração e ao consumo. A extinção da crítica na esfera pública contribui para a anulação das capacidades políticas do homem e, em consequência, para o abuso de poder e a manipulação das massas.

Há uma inversão do conceito de vida ativa conforme avança a Modernidade. Na Antiguidade e na Pré-Modernidade, era fundamental a ação criadora da política. Atuar na esfera pública significava “status”, reconhecimento e utilidade. Ter a possibilidade de usar a palavra para contestar os governantes era um privilégio de poucos, diferente do ideal democrático atual. Hoje, há o triunfo do privado sobre o público, porém sob uma nova ênfase: a de uma esfera social contraposta à intimista.

Através da ação conjunta de forças opositoras, as classes subalternas política e economicamente alcançaram suas maiores reivindicações, dentre as quais o direito ao voto e as mudanças na Constituição trabalhista. Contudo, o conformismo acrítico vigente não condiz com a utopia democrática, refletindo a manutenção das condições em voga, uma vez que banaliza a capacidade reflexiva e contestadora da sociedade civil.

A ESFERA PÚBLICA DO SÉCULO XXI

Valério Brittos e César Bolaño (2002) também entendem haver uma contradição na concepção de esfera pública burguesa teorizada por Habermas. Sugerem que é preciso decidir o modelo de esfera pública a implantar. Essa lógica contraditória, inerente ao capitalismo e à esfera pública burguesa, se manifesta também na estrutura dos meios de comunicação, replicando a contraditoriedade intrínseca ao desenvolvimento tecnológico, nesse modo de produção, entre forças produtivas e relações de produção[2].

Os autores crêem que a parcialidade da esfera pública é inerente à própria condição do capitalismo, sugerindo que, num primeiro momento, não há porque imaginar que a simples inovação tecnológica vá representar sua ampliação. As tecnologias geram impactos econômicos, políticos e nas formas de sociabilidade que atingem o espaço público, mas “é na disputa para vencer os limites pelo capital e pela expansão da cultura ligada aos ditames do consumo, que se opõem à concretização de uma comunicação popular libertadora, articulando democracia e cidadania”. Se a técnica é formatada precipuamente para a circulação de informações envolvendo os interesses dos capitais, também é o canal principal de interação social[3].

Brittos e Bolaño ressaltam que, para que a TV digital, a internet, a televisão aberta, o rádio, o cinema ou o jornal possam cumprir um papel de espaço público inclusivo têm que

inverter a lógica, que não é determinada tecnologicamente, mas construída na relação empresários-Estado-usuários. “Conceber outra televisão (ou uma internet que remonte às utopias projetadas há 10 anos) envolve deixar de encarar os meios como ativos imateriais (e materiais) e vê-los como parte bastante significativa do que pode vir a ser um espaço público democrático”, caso contrário, há uma inviabilidade de se construir uma esfera pública popular e dialógica longe do processo de discussão acerca das macro-mudanças econômico-sociais, em que se forjam ações sociais, posturas estatais e reações conservadoras, bem como a impossibilidade de fazê-lo sem uma ação estatal, invertendo-se o processo original, onde o Estado era aquele ente que deveria justamente ser controlado e submetido às leis daquele fórum democrático. (Brittos e Bolaño, 2002).

Diana Saco (2002), Andrew Shapiro (1999), William Bogard (1996), Mark Poster (1995, 2001), entre outros, desenvolvem outras proposições centrais sobre a chamada esfera pública virtual no tempo das novas tecnologias da comunicação e da informação, além de assertivas quanto à revitalização da democracia e questões relacionadas ao poder exercido na e pela rede.

William Bogard e Diana Saco podem nos servir de referência sobre a situação da política no contexto das novas tecnologias da comunicação. Bogard trabalha a questão da vigilância, da simulação e do controle exercido por intermédio das tecnologias do início do século XXI.

Bogard traz sustentação crítica sobre um cenário onde o controle rompe liberdades e impõe limites – um imaginário de percepções não mediadas, cujos efeitos marcham em direção à suposta conversão de objetos, eventos e pessoas em informação. Tenta explicar como a revolução na simulação tecnológica reconfigura e intensifica o papel da vigilância na guerra, no trabalho, na sexualidade e na vida privada. Também alerta que a simulação está começando a ser utilizada como um recurso de vigilância das autoridades, capacitando formas de controle mais eficientes, onde a vigilância não pode capturar um evento, sua simulação pode, e oferece esta (ilusão de) poder para qualquer um. Onde a vigilância não pode tornar um corpo conforme, o código pode, e o faz de forma divertida (um corpo completamente editável, somente através de escolhas de uma lista de opções). (Bogard, 1996, p. 182).

Bogard aproxima-se de algumas premissas de Michel Foucault. Ambos discutem a vigilância e a privacidade seguindo os mesmos moldes: primeiro, vendo nas tecnologias o fundamento dessas práticas; depois, reconhecendo que a vigilância não é somente observação, mas influência no corpo observado, o que modifica seus fluxos e conduz muitas de suas ações.

Como Bogard, Diana Saco percebe o homem como sujeito de informação, centro e objeto da vigilância tecnológica. Ambos consideram a extrema visibilidade como uma armadilha, uma ambigüidade, também do ciberespaço. Tanto os internos das prisões e hospícios do século XVIII, quanto os cibercibers, são objeto de informação, não sujeitos da comunicação. Aqui as proposições relativas à “sociedade disciplinar” foucaultiana se adaptam

às relações sociais no ciberespaço. Somos todos “livres prisioneiros”. São os exercícios e as relações de poder em funcionamento.

O pensamento tecnicista, o determinismo ou fetichismo tecnológico, insuficiente e restrito, sugere que a tecnológica revoluciona positivamente a sociedade e pode resolver seus problemas. Os benefícios e prejuízos da tecnologia, no entanto, são revelados com ela, não apenas veiculados por ela. Além disso, o elemento tecnológico necessita do conhecimento humano, o que inclui uma dimensão simbólica. A própria técnica é algo humano e envolve subjetividade, fantasia, o não-racional, o pensamento ou imaginário tecnológico.

A discussão gerada por Saco pauta-se na possibilidade de existência de uma ágora eletrônica como uma esfera pública similar à da antiga Grécia. O poder e a esfera pública digital tratados por Saco têm base nos estudos de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Destarte, Saco sugere uma esfera pública informal de pessoas privadas, para se opor ao controle e à vigilância governamentais. Esse “público” refere-se a uma pluralidade de indivíduos privados, cujo interesse é exercer suas liberdades pessoais na privacidade. Nesse contexto, a comunicação é do tipo privada, interpessoal e ocorre num local exclusivo de pessoas conhecidas entre si, que dariam umas às outras as “chaves públicas” de acesso às informações pessoais[4].

Saco produz uma crítica coerente e menos apaixonada do que a de Bogard, por exemplo, acerca do mundo tecnológico, do poder e da vigilância no ciberespaço. Já autores como Mark Poster e Andrew Shapiro entendem a tecnologia como um campo de interação entre técnicas e relações sociais, uma moldando a outra; uma interação que reconfigura as relações entre tecnologia e cultura.

Poster aborda a instância das relações sociais entre os usuários da rede e procura compreender qual é a força da estrutura tecnológica sobre a sociedade, a cultura e as instituições políticas. Preocupa-se com o processo histórico da perspectiva política na era virtual. Afirma que a democracia, como a conhecemos, já não existe mais: o que temos é sua reconceitualização[5].

Dois conflitos emergem daí: primeiro, não há uma adequada teoria política “pós-moderna”; segundo, o problema da democracia, da política dominante de normas e idéias, é por si mesmo uma categoria moderna associada a um projeto Iluminista. Para Poster, os grupos excluídos constituem-se como uma contra-esfera pública. Mas, para diferenciar público e privado no cenário da cibercultura, é preciso redefinir o conceito de público.

Andrew Shapiro consegue visualizar as deficiências da técnica tanto quanto a liberdade em potência. Não vê a tecnologia em termos de causa e efeito, mas como um campo de interação entre técnicas e relações sociais, uma moldando a outra. A internet é pensada pelo teórico não por seu viés tecnológico em si, mas em relação às mudanças sociais dos últimos séculos. Seu pensamento tecnorrealista abrange as possibilidades, os riscos e a fortuna que as tecnologias comunicacionais trazem à sociedade pós-moderna.

Shapiro entende que as novas tecnologias permitem a transferência de poder do setor público para o privado. Dentre outras coisas, isso mostra como a internet pode induzir ao abandono da deliberação, central no processo de representatividade democrática, o problema é que, dessa forma, as relações sociais também se extinguirão, tanto quanto as trocas de conhecimento, a empatia, o “serendipity”, ou encontros casuais, descobertas inusitadas e outras inúmeras interações humanas[6]. (SHAPIRO, 1999, p. x).

Shapiro defende a premissa segundo a qual, se as vozes periféricas não forem ouvidas, é como se não existissem, de forma que a técnica torna-se irrelevante no contexto deliberativo. Porém, não há em Shapiro divergências quanto à abertura provinda das tecnologias.

A idéia de uma democracia eletrônica direta surgiu com Buckminster Fuller, que já, em 1940, via a necessidade de modernizar a democracia. Também em 1970 houve a experiência da teledemocracia, que deu ao cidadão a oportunidade de votar sem sair de casa. Alguns estudiosos da época questionam se a teledemocracia não acabaria com a democracia representativa tornando, então, o governo federal obsoleto.

Os norte-americanos exercem a democracia direta através do plebiscito - processo bastante utilizado na Califórnia e em outros estados do oeste. O referendo público também é freqüente na Suíça. Ambos os mecanismos requerem um esforço conjunto. Já a democracia eletrônica direta pode ser simples, instantânea e progressiva (Shapiro, 1999, p. 59). É o que vem sendo chamado de “política do aperto de botão” (“push-button politics”): um tipo de democracia quase-direta no qual os cidadãos manipulam seus representantes como marionetes num palco – é algo tão preocupante quanto a democracia direta (Shapiro, 1999, p. 156).

Com base nas idéias estudadas e referenciadas, algumas questões previamente conclusivas podem ser dadas. A primeira refere-se às relações de poder encontradas no ciberespaço, poder esse apoiado nas tecnologias digitais e subjacente ao imaginário tecnológico pós-moderno. Quanto à esfera pública virtual, a segunda afirmação: não se formará tal esfera somente por força da técnica. Como se demonstrou, os teóricos de um modo geral, sugerem uma revisão de tal conceito. Em consequência dessa conclusão, uma terceira assertiva é proposta: a ciberdemocracia, que, da mesma forma, é uma concepção a ser repensada, permanece mais como uma utopia de governo.

O PODER

No ciberespaço as relações de poder dão-se através de aparatos tecnológicos de controle, simulação, vigilância e por meio da personalização das experiências. São mecanismos utilizados por governos, pelo mercado capitalista, por “hackers” na busca pelo controle dos indivíduos: acesso a informações pessoais, financeiras; rastreamento, codificação

e decodificação de mensagens e imagens; roubo de dados e registros médicos para mapeamento genético, dentre outros. É o “biopower”, o poder sobre a vida.

As trocas de informações entre empresas fomentam o mercado tecnológico por meio da produção de software de invasão de privacidade. O rastreamento de dados via internet, cartão de crédito ou celular, movimentações bancárias, códigos de barra, entre outros, são algumas das inúmeras possibilidades de vigilância e controle exercidos por grandes corporações, pelo próprio Estado e por “hackers”. O cidadão fornece centenas de informações pessoais por meio de atos corriqueiros como fazer compras num supermercado. Todos são objetos de informação. A origem dessa reificação está na sociedade disciplinar do século XVIII. A diferença é que hoje, com a transvaloração da moral, nosso corpo é menos visto como objeto de produção e mais como potência consumista. Máquinas e homens produzem e consomem. Tanto lá quanto aqui, a finalidade é econômica.

A preocupação com a vigilância na sociedade atual deve-se à invasão do espaço íntimo. É uma vigilância simulada, real e constante, que intensifica o poder através da capacitação de formas de controle eficazes, que se converte em simulação e produz uma autovigilância disciplinar, tal como funcionava com o Panóptico do século XVIII. A vigilância pode ser entendida como uma tecnologia social do poder.

O poder exercido no ciberespaço está baseado num imaginário tecnológico enraizado na crença da dominação total, na ilusão de que qualquer indivíduo é dotado de poder, uma vez que muitos dos softwares de invasão de privacidade estão disponíveis na rede. Com efeito, basta um pouco de conhecimento operatório e dinheiro para que informações como registros financeiros, histórico de créditos e dados médicos confidenciais possam ser levantados. Isso mostra que as relações de poder da revolução do controle podem beneficiar alguns indivíduos mais que outros.

Não há mais limite entre privacidade e não-privacidade, uma vez que o que está na rede é passível do olhar dos outros. Na internet o indivíduo é, ao mesmo tempo, vigilante e vigiado. É a ambigüidade do ciberespaço entre a visibilidade e a invisibilidade. A liberdade, antes pertencente ao campo privado, agora também pode ser encontrada no espaço público. A liberdade trabalha com as relações de poder também encontradas nesse campo.

Assim como são dadas às instituições privadas condições de manter arquivos e áreas confidenciais e restritas, através de softwares especializados, também é imprescindível dar esse poder ao indivíduo enquanto portador de informações pessoais. Por sua instância, o acesso do cidadão às informações dos órgãos públicos deve ser reconsiderado em sua base, antes mesmo de na arena virtual, pois se constitui como instrumento de controle social e transparência administrativa. O acesso aos materiais gerados pelos poderes instituídos é, em tese, concedido a todos e deve ser possibilitado em grande escala, de modo simples, ágil, gratuito e sem burocracia. Porém, não é o que vivencia a maioria daqueles que buscam informações particulares ou coletivas.

A ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

A esfera pública concebida por Habermas não resistiu aos avanços da sociedade moderna e aos gestos de um capitalismo sem controle. Os grupos ativistas de oposição governamental não formam uma esfera pública propriamente dita. O debate político, em seu sentido estrito, perdeu, há algum tempo, seu espaço no terreno público. O raciocínio crítico deu lugar às publicidades que visam à prosperidade do mercado. O bem comum não mais importa. A política segue interesses lucrativos individuais e das grandes corporações. Os meios de comunicação, em especial os de massa, colaboraram para o declínio da razão nos tempos modernos. O antigo uso da palavra corrompeu-se através da espetacularização midiática.

Não há mais uma esfera pública como a concebida ou delimitada por Habermas, na qual a igualdade era essência e os objetivos e reivindicações eram comuns. (Poster, 2001; Maia, 2002, 2006; Brittos e Bolaño, 2002).

Há, no entanto, uma tendência de discurso que considera que a rede pode expandir o campo de interação e que é possível que isso nos leve a uma renovação da democracia participativa, embora tais disposições demonstrem que nada disso acontecerá sem um comprometimento ativo dos cidadãos. Para a existência de uma esfera pública, muito além do corpo físico, são indispensáveis as ações, o verbo, as interações, as trocas de idéias e experiências. O ciberespaço é permeado por práticas sociais, e nele a materialidade e as relações humanas codificam-se na linguagem. A relevância do físico está nas interações e na sociabilidade, não na presença corpórea. Destarte, a maior parte das questões ainda não encontrou suas correspondentes; por isso, permanecem aí para serem pensadas pelas tantas reformulações teóricas existentes.

A CIBERDEMOCRACIA

Com o avanço do capitalismo, social e tecnológico, a democracia reconfigurou-se e outros modelos de governo são buscados através de ferramentas tecnológicas e virtuais. Padrões de administração das relações entre os poderes adaptados à realidade tecnológica da sociedade são pensados e procurados por aqueles que se preocupam com as questões políticas.

Algumas inquietações relacionam-se à possibilidade de mudança no fluxo do pensamento sobre a democracia política pós-moderna. Parece haver uma mistura de formas democráticas: em alguns lugares, temos a participação democrática; em outros, a representação. Na democracia eletrônica o cidadão poderia exercer um novo tipo de poder civil, o que significaria mais do que a simples habilidade para votar por meio da técnica.

Um dos fundamentos da ciberdemocracia seria a mutação do conceito de esfera pública clássica. Da mesma forma, as bases tecnológicas da ciberdemocracia se encontrariam

nas comunidades virtuais, nos softwares de conversação, nas “comunidades inteligentes”, nas “ágoras virtuais”, no ciberativismo, nas cidades digitais, no voto eletrônico, enfim, na “governança eletrônica”.

O pensamento tecnicista afirma que a utilização dos recursos advindos das TICs como plataforma ou instrumento para o exercício de preceitos ou práticas democráticas constitui a base para os conceitos de democracia eletrônica. A ciberdemocracia pode ser mais uma oportunidade de avançar na comunicação entre cidadão e Estado, voltando-se aos espaços públicos surgidos com a (suposta) democratização que pode ser viabilizada e/ou alavancada com as contribuições oriundas dos recursos tecnológicos. (Cruz, 1999).

É necessário, entretanto, reforçar a democracia representativa antes de se pensar numa democracia direta. À democracia cabe assegurar que os cidadãos possam escutar reivindicações, denúncias e protestos antes de filtrá-los, automaticamente. A completa liberdade de seleção priva as vozes periféricas da mínima oportunidade de entrar no tradicional fórum público. A sociedade como um todo, não está apta a tomar decisões no lugar dos seus representantes. Dito de outra forma, no mundo atual, o sentido mesmo da política se transfigurou; de uma ação reflexiva, crítica e criadora, tornou-se mera questão publicitária com fins mercadológicos, voltada para a estrutura de tomada de decisão. Tornou-se, pois, simplesmente questão de estilo, não de conteúdo.

As tecnologias de informação e comunicação podem ser importantes instrumentos facilitadores da mobilização social, um meio ou uma ferramenta da ação cidadã. A atitude cívica, a mobilização social através das tecnologias móveis não são fruto mesmo da tecnologia, mas de uma possível transformação no pensamento social. A tecnologia por si só, não mobiliza ou transforma o cidadão pacato num ativista social.

As tecnologias não determinam o procedimento da interação comunicativa, tampouco garantem ou promovem a reflexão crítico-racional; tão-somente facilitam o armazenamento e a circulação dos estoques informativos, agilizam as buscas por uma diversidade de fontes informativas.

A internet, como um todo, não é uma esfera pública autogerada, compartilhada por visitantes regulares transformados magicamente, que lá depositam atitudes, práticas e objetivos que promovam modificações. É, isto sim, um misto de comunidades formadas por qualquer razão, por indivíduos que convergem para elas por interesses diversos. De fato, por si só, a rede não cria uma esfera pública, pois falta-lhe características essenciais como o debate argumentado com uso da razão, interesses coletivos acima dos individuais, habilidades para compreender e ouvir vozes distintas, engajamento político, dentre outras.

É difícil conceber uma deliberação virtual pretensamente pública numa sociedade individualizada, na qual a humanização da comunicação é cada vez mais encerrada na técnica; na qual todas as informações que se tem são as que se escolhe de posse de filtros ególatras que nos permitem excluir a dor alheia, a violência e a fome dos outros; na qual o mundo que se

conhece é somente aquele “clicado” e, ainda assim, simulado pela virtualização da realidade; na qual o suposto cibercidadão, enclausurado em sua comunicação mediada pelas tecnologias digitais, defende apenas os direitos que visam ao próprio bem e participa de discussões ditas públicas somente para garantir liberdades individuais.

Como participar de uma discussão de interesse público sem conhecer realidades tão primárias para a compreensão do mundo e dos interesses universais?; se alguns sequer têm noção da existência de territórios, cidades e populações vizinhas abandonadas por seus governos e pela própria comunidade, se desconhecem doenças primitivas que matam pessoas em virtude da falta de recursos básicos?! São questões políticas a serem pensadas e para as quais as ferramentas tecnológicas, tanto quanto a mídia, não têm respostas. Quando muito, talvez, se bem utilizadas e coordenadas, a mídia e as novas tecnologias da comunicação possam contribuir para a divulgação dessas questões e possível conscientização de um grupo de pessoas capazes de reflexão e atitude.

Muitos acreditam ser a internet um lugar democrático, porém não o é em razão, sobretudo, dos fatores geradores de desigualdades. O que tem de democrático um mecanismo no qual a condição “sine qua non” para ingresso diz respeito à questão econômica? O caráter econômico parece, desde sempre, andar lado a lado com a democracia. Da antiga Grécia às sociedades capitalistas, o acesso ao campo político requer dos interessados um certo status econômico. Para ser cidadão na Grécia da Antiguidade era preciso ser homem primeiramente, ter propriedade, cultura e liberdade. Nas sociedades atuais, ditas “democráticas”, a priori, qualquer cidadão pode exercer o direito ao voto. Acontece que esta participação voto resume-se a atividades instrumentais do cidadão, visto que para participar efetivamente do debate político é imprescindível um mínimo de informações fidedignas e responsáveis, capazes de contribuir para a formação do senso crítico e reflexivo daqueles que desejam ingressar no processo deliberativo de uma pretensa esfera pública política.

De modo geral, o que se encontra nos espaços deliberativos, sejam virtuais ou não, é uma pseudo-racionalidade instrumental baseada num pensamento mercadológico, controlado pelo marketing político. O próprio espaço deliberativo transfigurou-se em apolítico. Há nele um público de cidadãos, desintegrado enquanto público, e “[...] de tal maneira mediatizado por meios publicitários que, por um lado, pode ser chamado a legitimar acordos políticos sem que, por outro lado, ele seja capaz de participar de decisões efetivas ou até mesmo de participar” (Habermas, 1984, p. 258).

Não há uma esfera pública eletrônica. Existem espaços considerados públicos para o debate de questões de interesse dos participantes, não necessariamente questões coletivas ou públicas. Chegar a uma esfera pública virtual, a um espaço dedicado à comunicação em seu sentido público, no qual todos estejam aptos e tenham recursos críticos, econômicos, educacionais e tecnológicos para participar, é uma utopia, um idealismo. Nem mesmo o berço da democracia deu vozes a todas as necessidades, tampouco uma sociedade cada vez mais focada do capital poderá alcançar uma esfera pública igualitária, universal e não coercitiva!

Somente um grupo de cidadãos informados e engajados trabalhando juntos para criar associações comunicativas de pequena escala (ou seja, descentralização que inclua e permita decisões plurais, diferentes daquelas já instituídas) pode enriquecer o processo político, legitimando-o ao estimular a deliberação aberta a todos. Talvez a saída seja o trabalho de pequenos grupos praticando o chamado “bom discurso”.

NOTAS:

1 O modelo da esfera pública burguesa contava com a separação rígida entre setor público e setor privado; a esfera pública das pessoas privadas reunidas num público, que fazia a mediação entre Estado e as necessidades da sociedade, era computada ela mesma no setor privado. À medida que o setor público se imbrica com o privado, este modelo se torna inútil. Ou seja, surge uma esfera social repolitizada, que não pode ser subsumida, nem sociológica nem juridicamente, sob as categorias do público e do privado. [...] O processo, politicamente relevante, do exercício e do reequilíbrio dos poderes transcorre diretamente entre as administrações privadas, as associações, os partidos e a administração pública; o público enquanto tal só esporadicamente é inserido neste circuito do poder e, então, apenas também para que aclame (Habermas, 1984, p. 208).

2 Nesta nova esfera pública que emerge [...] novos lugares são periféricamente articulados, envolvendo o desenvolvimento de elementos importantes para um pleno exercício da cidadania, como o aperfeiçoamento dos modelos de educação formal e informal, os sistemas de governo eletrônico, [...] dependendo não apenas da ampliação do número de canais e meios de comunicação por força do desenvolvimento tecnológico simplesmente, mas principalmente pela definição das políticas nacionais de comunicação, mais ou menos permeáveis às pressões de grupos de interesse hegemônicos ou contra-hegemônicos (Brittos e Bolaño, 2002).

[3] A questão tecnológica, no entanto, não é a fundamental. Importa é que, a partir dos dispositivos técnicos, constitui-se alguma condição de base para o surgimento ou a reestruturação da esfera pública que garante a legitimidade do sistema de dominação”, porém, “para seu uso como instrumento do espaço público, requer intervenção estatal; não pode ficar a mercê de voluntarismos. Economia e política se articulam, assim, através das redes de comunicação. (Brittos e Bolaño, 2002).

[4] [...] este não foi um esquema de comunicação que pretendia produzir uma crítica, um espaço social proto-político para um tipo de debate que qualquer um, no princípio, poderia incorporar. Por esta razão, os esforços até o momento distantes de construir uma criptografia que permita um tipo de uma comunicação democrática tendem a soar falsos (Saco, 2002, p. 161).

[5] Democracia, o governo por todos, é certamente preferível às alternativas históricas. E o termo deve ainda conter potenciais críticos, uma vez que a existência de formas democráticas seguramente não cumpre a promessa de liberdade e igualdade. A colonização do termo pela existência de instituições encoraja um outro olhar para o significado de nomear novos padrões de relações de força emergentes em certas partes da Internet (Poster, 2001, p. 99).

[6] Preservar a democracia, a verdade e o bem-estar individual numa era incerta, requer um renovado senso de responsabilidade e comprometimento pessoal, tanto quanto uma leve aproximação do governo que toma decisões e passa o controle das instituições para o indivíduo. Nós devemos realizar um balanço do poder para a era digital – entre o interesse público e o auto-interesse, o mercado e o governo, o controle pessoal e o poder compartilhado (Shapiro, 1999, p. xiv).

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. 1995. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BOGARD, William. 1996. *The simulation of surveillance: hypercontrol in telematic societies*. New York: Cambridge University Press.

BRITTOS, Valério (Org.) *Comunicação, informação e espaço público. Exclusão no mundo globalizado*. Rio de Janeiro: Papel&Virtual, 2002, 203 p. (Biblioteca Eptic).

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola; Maia, Rousiley. (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG. Coleção: Humanitas, 2006.

CRUZ, M. S. *Tecnologia da Informação no Espaço Público: o caso televidadão no Paraná*. Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas - FGV. São Paulo, 1999.

GOMES, Wilson. *Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política*. In. MAIA, Rousiley; Maria Céres Pimenta Spínola Castro (orgs). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG. Coleção: Humanitas, 2006.

HABERMAS, Jürgen. 1984. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

LOADER, Brian (Org.). 1997. *A política do ciberespaço: política, tecnologia e reestruturação global*. Lisboa: Instituto Piaget.

MAIA, Rousiley. 2002. Redes cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In. EISENBERG, José & CEPIK, Marco (Org.). *Internet e Política: teoria e prática democrática eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG.

NUNES, Mark. 1997. *What's space is cyberspace?* In. LOADER, Brian (Org.). *A política do ciberespaço: política, tecnologia e reestruturação global*. Lisboa: Instituto Piaget.

PALACIOS, Marcos. A Internet como mídia e ambiente. Reflexões a partir de um experimento de rede local de participação. In. MAIA, Rousiley; Maria Céres Pimenta Spínola Castro (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG. Coleção: Humanitas, 2006.

POSTER, Mark. 2001. *The information subject: critical voices in art, theory and culture*. Commentary Stanley Aronowitz. Amsterdam: G + B Arts International.

_____. 1995. *The Second Media Age*. USA: Polity Press.

RHEINGOLD, Howard. 2000. *The virtual community: homesteading on the electronic frontier*. Cambridge, MA: The Mit Press.

SACO, Diana. 2002. *Cybering Democracy: public space and internet*. London: Electronic Mediations.

SHAPIRO, Andrew. 1999. *The control revolution: how the internet is putting individuals in charge and changing the world we know*. New York: A Century Foundation Book.